

Artigo

A necessidade de organização política da classe C

O movimento sindical comemorou nos últimos dias uma boa notícia: a classe C já chega a 54% da população e tem uma renda média de R\$ 1.450,00. Foram 2,7 milhões de brasileiros e brasileiras saindo das classes D e E em 2011. A pesquisa – realizada anualmente em 13 países – é da financeira do grupo francês BNP Paribas, a Cetelem, em parceria com o instituto Ipsos. O conceito de renda do estudo foi elaborado com base no nível de instrução do chefe de família e posses como eletrodomésticos e veículos.

Esse público que passa a comprar mais também procura ter conhecimento mais aprofundado sobre seus direitos enquanto consumidor. O aumento do poder de compra reforça o sentimento de dignidade dos trabalhadores e trabalhadoras. Agora é menos penoso comprar uma roupa nova para o filho ou obter crédito para adquirir uma geladeira nova, por exemplo.

No entanto, a dignidade não advém apenas do “ter”, do “consumir”. É preciso organização social para que o sentimento de “ser” enquanto cidadão seja de fato uma realidade. Não basta ter dinheiro, é preciso ter consciência política. A classe C não deve ficar reduzida apenas a um estrato econômico, deve, sim, unir-se enquanto classe que luta por melhorias sociais.

Somente com essa consciência conquistaremos bandeiras importantes, como, por exemplo, o trabalho decente nos setores público e privado. Os filhos de trabalhadores e trabalhadoras precisam de uma educação de qualidade e qualificação profissional. É preciso fortalecer políticas públicas para dar a primeira oportunidade de emprego aos jovens do nosso País.

Nosso ideal enquanto entidade de luta da classe trabalhadora é participar dessa organização política enquanto sindicatos. Essas unidades reunidas têm mais voz junto aos poderes constituídos e à população. Por sua vez, suas reivindicações por melhorias ecoam com mais facilidade. A CUT, no País inteiro e no Ceará, quer garantir que nenhuma voz – principalmente as mais oprimidas – seja abafada.

Jerônimo do Nascimento
Presidente da CUT-CE

Sindicato promove manifestações e mobiliza bancários

No BNB, paralisações em defesa do Banco e dos funcionários

(pág. 3)



Foto: Drawlio Joca



Já na Caixa Econômica, empregados denunciam extração da jornada de trabalho

(pág. 6)

- Nova diretoria da Contraf-CUT é eleita em Congresso (pág. 4)
- Precarização do trabalho através da terceirização é denunciada no Senado Federal (pág. 4)
- Reunião do Fórum Sindical do BB debate pendências do funcionalismo (pág. 5)
- Santander: Comitê de Relações Trabalhistas cobra do banco reivindicações dos funcionários (pág. 6)



Insegurança nos bancos é debatida em audiência na Assembleia Legislativa

O debate aconteceu na segunda-feira, 2/4, na Comissão de Defesa do Consumidor e abordou a inexistência de equipamentos de proteção para bancários e clientes. Além disso, foi abordado o fato de existirem leis, municipais e estaduais, que não são cumpridas pelos bancos. O Sindicato dos Bancários foi representado pelo presidente Carlos Eduardo Bezerra e pelo diretor Gabriel Motta (pág. 2)

Audiência Pública

Falta de segurança nos bancos é debatida na Assembleia Legislativa

A Assembleia Legislativa foi es- paço, na última segunda-feira (2/4), de debate da Comissão de Defesa do Consumidor da Casa sobre a falta de segurança nas unidades bancárias do Estado. A audiência, que foi soli- citada pelo presidente da Comissão, deputado Fernando Hugo (PSDB), abordou também a inexistência de equipamentos de proteção ampla, geral e irrestrita aos usuários das agências bancárias.

O parlamentar ressaltou a impor- tância de se chegar, com os textos legais que já existem, a um objetivo a ser cumprido, embasado no que preconiza a legislação. Ele citou a lei 14.961/2011, que dispõe sobre a instalação de divisórias individuais, proibição do uso de celular, instalação de câmeras de segurança e contra- tação de empresas especializadas para as agências bancárias do Estado do Ceará.

O representante da Federação dos Trabalhadores do Ramo Finan- ceiro do Nordeste (Fetrafi/NE) e diretor do Sindicato, Gabriel Motta, afirmou que os bancos, além de mostrarem claramente que dão pouca atenção ao bem mais precioso que é a vida dos seus empregados e clientes, também fazem pouco caso da opinião publica. Gabriel informou, ainda, que no mês de março, saiu uma decisão do Supremo Tribunal de Justiça ratificando que a competência maior para fazer a legislação, com base no



interesse local, além do Congresso Nacional, é das câmaras municipais. "Isso nos dá respaldo para que façamos um compilamento de todas as legislações já existentes e tratemos do Estatuto de Segurança Bancária na capital e nos demais municípios do Ceará", complementou.

O capitão da Polícia Militar, Wagner Souza, falou sobre o as- salto ocorrido há duas semanas na agência Bradesco Aldeota, destacando que o maior causador daquele crime foi a facilidade en- contrada pelos bandidos. "A falta de itens de segurança nas agências é uma maneira de facilitar a ação dos criminosos", concluiu.

ASSALTOS

Mês de abril já registra oito ataques a bancos no Estado

Arrombar caixa eletrônico já está virando rotina. Somente na primeira semana de abril já foram cinco arrombamentos, duas saí- das e até um ataque a um banco social. Com essas oito ocorrências, o número de ataques a bancos em 2012 subiu para 36 em pouco mais de três meses, quando em todo o ano de 2011 foram 49 ataques.

A Polícia Militar conseguiu impedir uma tentativa de ataque a um caixa eletrônico da agência Itaú da Av. Dom Luís, no início da tarde de domingo (1º). Segundo informações da Coordenadoria In- tegrada de Operações de Segurança (Ciops), uma viatura suspeitou de alguns homens que estavam na porta da agência. Quando o carro da Polícia se aproximou, os suspeitos fugiram, mas no local, a Polícia encontrou uma bolsa com ferramentas usadas para arrombar caixas eletrônicos. O material – maçarico, luvas e pé de cabra – foi levado para o 2º Distrito Policial (DP), no Meireles. Ainda de acordo com a Polícia, os criminosos fugiram sem levar nada.

Já em Jijoca de Jericoacoara (295 km de Fortaleza), uma qua- drilha tentou assaltar a agência do Banco do Brasil. Os assaltantes entraram na unidade e arrombaram um dos caixas eletrônicos, mas, segundo o destacamento policial do município, não conseguiram ter acesso ao dinheiro.

várias patrulhas da PM terem sido mobilizadas pela Ciops.

Saidinhas – Dois clientes foram assaltados também no dia 4/4, quando realizavam operações bancárias em Fortaleza. Ao todo, os bandidos levaram R\$ 20 mil das vítimas. Segundo a Coordenadoria Integrada de Operações de Segurança (Ciops), um cliente que havia sacado R\$ 10 mil da agência do Bicbano, no bairro Aldeota, foi as- saltado no Papicu, por volta das 14h.

Pela manhã, no Centro de Fortaleza, uma funcionária da loja Casas Freitas foi assaltada quando se dirigia à agência do Bradesco, na rua Major Facundo, no Centro. Ela pretendia efetuar um depósito para a loja no valor de R\$ 10 mil.

Banco Palmas – O Banco Palmas, no Conjunto Palmeiras, em Fortaleza, também foi alvo de assalto na quarta-feira, 4/4. O coordenador do banco, Joaquim de Melo Neto, informou que quatro homens se infiltraram no local como se fossem clientes e anunciaram o assalto. Ainda de acordo com Joaquim, o vigilante de uma empresa terceiri- zada foi atingido com coronhadas e desmaiou. Os homens fugiram em um carro, levando cerca de R\$ 10 mil, arrecadados de pagamentos de boletos bancários e contas. Os as- saltantes roubaram ainda um colete à prova de balas e a arma do vigia.

DICA CULTURAL

Exposição Carta da Terra e o Potencial Humano no Dragão do Mar



Está em exposição, no Centro Cultural Dragão do Mar, a exposição Carta da Terra e o Potencial Humano. A abertura aconteceu dia 4/4. Na mostra, os visitantes poderão apreciar 30 painéis e dessa forma terão a oportunidade de ver a retratação da situação mundial do meio ambiente através de temas como os conceitos de sustentabilidade, a Carta da Terra e a educação am- biental transformadora.

A exposição foi exibida pela primeira vez na Conferência de Desenvolvimento Sustentável, em Joanesburgo, no ano de 2002.

A Carta da Terra foi elaborada em 1987, pela Comissão Mundial das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Foram adotados como princípios: o respeito e cuidado com a comunidade da vida, integridade ecológica, justiça social

e econômica, democracia, não- violência e paz. Depois, passou a ser uma iniciativa global da socie- dade civil. Em 2000, a Comissão da Carta da Terra, uma entidade internacional independente, con- cluiu e divulgou o documento como a carta dos povos.

Serviço:

Exposição: A Carta da Terra e o potencial humano

Local: Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura

Visitação: até 25 de abril.

Horário: das 09 às 18h30 (terça à quinta) e das 14h às 20h30 (sexta à domingo) no Espaço Mix (Rua Dragão do Mar, 81, Praia de Iracema).

Mais informações: (85) 3488 8600/3488 8608.
Acesso Livre

EDITAL

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS NO ESTADO DO CEARÁ

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários no Estado do Ceará – SEEB/CE, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.340.953/0001-48 e Registro Sindical nº 208.327-59, por seu presidente, abaixo nominado, convoca todos os empregados do BNB (Banco do Nordeste do Brasil), da base territorial deste Sindicato, beneficiários da Ação de Folgas (Processo n. 1764000-25.2000.5.07.00008), para a Assembleia Geral Extraordinária Específica, que se realizará dia 12 de abril de 2012, às 18h30min, em primeira convocação, ou às 19h00min, em segunda convocação, em sua sede, na Rua 24 de Maio, 1289 – Centro, Fortaleza-CE, com o propósito de discutir e deliberar acerca da proposta de acordo apresentada pelo BNB em relação ao processo supracitado.

Fortaleza-CE, 08 de abril de 2012.

Carlos Eduardo Bezerra Marques
PRESIDENTE

EDITAL

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS NO ESTADO DO CEARÁ

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários no Estado do Ceará – SEEB/CE, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.340.953/0001-48 e Registro Sindical nº 208.327-59, por seu presidente, abaixo assinado, convoca todos os associados de sua base territorial, para participarem da Assembleia Geral Ordinária que se realizará, em sua sede (Rua 24 de Maio, 1289 – Centro, Fortaleza/CE), no dia 11 de abril de 2012, em primeira convocação às 18h00min, com 50% mais um dos associados, ou às 18h30min, em segunda convocação, com qualquer número de associados, ocorrendo a votação com maioria simples dos presentes, nos termos do art. 86 do Estatuto desta Entidade, a fim de submeter à categoria a aprovação dos balanços financeiro e patrimonial do exercício de 2011, nos termos do art. 157 do mencionado regimento.

Fortaleza-CE, 08 de abril de 2012.

Carlos Eduardo Bezerra Marques
PRESIDENTE

Sindicato/Contraf-CUT mobilizam funcionários do BNB e obtêm avanços no acordo da PLR e defesa do Banco

As mobilizações realizadas pelo Sindicato dos Bancários do Ceará, sob a coordenação da Contraf-CUT, desde o mês de março do corrente ano, garantiram aos trabalhadores do BNB avanços na proposta de acordo da PLR referente ao exercício de 2011. Paralisação de uma hora nas agências da grande Fortaleza e grandes manifestações no Centro Administrativo do Banco, no Passaré, enfatizaram também a necessidade de os funcionários e o SEEB/CE manterem-se vigilantes quanto à defesa e o fortalecimento da Instituição.

Os protestos resultaram na elevação de 9% para 11% do percentual de lucro líquido auferido pela Empresa no exercício de 2011 a ser distribuído com os trabalhadores a título de PLR. Motivaram também a tomada de algumas providências por parte da direção do Banco no sentido de conferir maior transparência nos processos de comissionamentos que, agora, segundo a área de Desenvolvimento Humano, se darão somente por concorrência, seja qual for o nível de função, isto é, de Superintendente a Caixa Executivo.

Com a elevação de 2% do lucro líquido no percentual de PLR, cada funcionário deverá receber, de forma linear, valor em torno de R\$ 1.500,00, em vez dos cerca de R\$ 500,00 anteriormente previstos.

O avanço conquistado mostra que o Sindicato deve continuar cobrando melhores resultados da Instituição e os devidos esclarecimentos sobre as ações que devem estar sendo implementadas pela Direção do Banco, visando sua defesa e fortalecimento.



Assembleia não aprova greve, mas aponta para continuidade das mobilizações

Fotos: Drawlio Joca



Assembleia convocada pelo Sindicato dos Bancários do Ceará, para deliberar sobre paralisações das atividades do BNB devido ao não cumprimento do aditivo da PLR e em defesa da Instituição, rejeitou proposta de greve a partir do próximo dia 11/4. Ao mesmo tempo, orientou a continuidade do processo de mobilização em todas as unidades do Banco.

A assembleia ocorreu dia 4/4, com a participação de apenas 15 benebeanos, o que



motivou a direção sindical a se abster da votação para não se contrapor à orientação da Contraf-CUT, que era de paralisação. No final da votação, nove presentes se posicionaram contra a deflagração da greve, dois foram a favor e quatro se abstiveram.

O diretor do Sindicato e coordenador da Comissão Nacional dos Funcionários do BNB, Tomaz de Aquino, convocou todo o funcionalismo do Banco a continuar a mobilização e participar das atividades promovidas pelo SEEB/CE.

3º Congresso da Contraf-CUT

Eleita a Diretoria executiva da Contraf-CUT para a gestão 2012-2015

Os 316 delegados do 3º Congresso da Contraf-CUT elegeram por unanimidade no domingo (1º/4) a nova direção da entidade para o triênio 2012-2015. Reeleito presidente, o bancário do Itaú Carlos Cordeiro comemorou a forte unidade alcançada no congresso e enumerou os desafios da próxima gestão. O diretor do Sindicato dos Bancários do Ceará, Marcos Saraiva, compõe a executiva da confederação.

“O 3º Congresso mostrou uma unidade muito grande tanto entre os sindicatos quanto entre as forças políticas e, desta forma, a nova direção eleita é o resultado desse processo”, afirma Cordeiro, que também é presidente da UNI Américas Finanças. “A chapa eleita tem uma capacidade enorme de produção política. Avançamos muito na gestão anterior e podemos fazer ainda mais com a nova direção”, projeta destacando ainda a importância de cumprir a cota de 30% de mulheres na nova diretoria.

Cordeiro vê dois eixos principais para a tarefa da Contraf-CUT no próximo período. Por um lado, está a ampliação do diálogo com outros atores da sociedade. “Precisamos dialogar com a sociedade, especialmente sobre o sistema financeiro, que é nossa área de atuação. Por isso, é fundamental a realização de uma conferência nacional sobre o tema, para que a sociedade conheça o sistema financeiro e pense em como fazer a fiscalização e o controle dele. Além disso, vamos também discutir outros temas importantes, como as reformas política e tributária”, ressalta.

O outro eixo é a promoção do emprego decente no ramo financeiro, com a luta por melhores condições de trabalho, segurança, remuneração digna e proteção ao emprego. Entre os principais pontos, Cordeiro cita a luta contra o assédio moral e as metas abusivas, pela ratificação da Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que coíbe as demissões imotivadas, mais segurança, remuneração maior e previdência complementar. “Temos três anos para mudar essa realidade dos bancários. O Brasil está crescendo e precisa distribuir renda e melhorar as condições dos trabalhadores e esse é nosso papel enquanto dirigentes sindicais”, completa.

Novas secretarias e campanha por saúde – Antes da eleição, a plenária final do 3º Congresso da Contraf-CUT aprovou por unanimidade algumas alterações estatutárias, atualizando o texto para a realidade atual da confederação. Entre as principais mudanças estão a criação das secretarias da Mulher



Delegação do Nordeste

Foto: SEEB-CE



Fotos: Jailton Garcia

Conheça a nova diretoria executiva da Contraf-CUT:



Presidência – Carlos Cordeiro (São Paulo)
Vice-presidência – Carlos Souza (Rio de Janeiro)
Secretaria-Geral – Ivone Silva (São Paulo)
Secretaria de Finanças – Roberto Von Der Osten (Paraná)
Secretaria de Imprensa – Ademir Wiederkehr (Rio Grande do Sul)
Secretaria de Formação – William Mendes (São Paulo)
Secretaria de Políticas Sociais – Andrea Freitas Vasconcelos (Roraima)
Secretaria de Política Sindical – Carlindo Abelha (Minas Gerais)
Secretaria de Organização – Miguel Pereira (Rio de Janeiro)
Secretaria de Estudos Sócio-econômicos – Antonio Piroti (Rio Grande do Sul)
Secretaria de Saúde – Walcir Previtalle (São Paulo)
Secretaria de Relações Internacionais – Mario Raia (São Paulo)
Secretaria de Assuntos Jurídicos – Alan Patrício (Pernambuco)
Secretaria da Mulher – Deise Recoaro (São Paulo)
Secretaria de Relações do Trabalho – Adilson Barros (Rio de Janeiro)

Diretores executivos

Plínio Pavão (São Paulo)
 Simoni Nascimento (Santa Catarina)
 Mauri Sergio Souza (Campinas)
 Marcos Saraiva (Ceará)
 Fabiana Uehara (Brasília)
 Manoel Elídio Rosa (São Paulo)
 Rosalina Amorim (Pará)
 Barbara Peixoto de Oliveira (Brasília)

e de Relações de Trabalho, que já existem na estrutura da CUT. O congresso aprovou também a realização de uma campanha nacional sobre saúde. Esta será a primeira de um novo modelo de campanha temática que passará a ser realizada pelos bancários. “Vamos definir um novo tema a cada ano, que será trabalhado por todos os sindicatos nacional-

mente, num modelo semelhante ao da Campanha da Fraternidade da CNBB”, explica Cordeiro.

Também foi aprovada por unanimidade a convocação de uma conferência nacional sobre o sistema financeiro, a fim de que a sociedade possa debater o papel dos bancos, a política de crédito e a universalização dos serviços bancários.

TERCEIRIZAÇÃO

Sindicalistas apontam males em audiência pública no Senado

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado, presidida por Paulo Paim (PT/RS), realizou na quarta-feira (4/4) audiência pública para debater a terceirização do trabalho no País. O secretário de Organização do Ramo Financeiro da Contraf-CUT, Miguel Pereira, foi um dos expositores, representando a CUT Nacional.

O representante da CUT relatou que tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados o substitutivo ao PL 4330, do deputado Sandro Mabel (PMDB-GO), que precariza as relações de trabalho ao escancarar a terceirização para todas as áreas e atividades econômicas. “Promover o empobrecimento da classe trabalhadora é promover o empobrecimento do País. Menos ainda se justifica na atual conjuntura econômica, onde o Brasil vem apresentando crescimento econômico e é hoje a sexta maior economia do mundo, mas está entre os 12 países com pior distribuição de renda”, avaliou Miguel.

“O diretor da Contraf-CUT enfatizou que, em relação à rotatividade, enquanto que nas instituições contratantes o percentual é de 22%, nas empresas tipicamente terceirizadas esse percentual é de 44,9%. Já a jornada de trabalho nas contratantes é, em média, de 40 horas semanais, sendo que nas terceirizadas a jornada é de 43 horas, em média. “Apresentamos dados estatísticos a partir de informações da Rais, Caged e pesquisas do Dieese e, com base nessas informações, é possível concluir que a terceirização tem sido usada para precarizar direitos trabalhistas e implementar uma pulverização dos sindicatos, o que enfraquece a organização da classe trabalhadora”, avaliou Miguel.

Miguel informou que foi solicitado anexar aos registros da audiência pública a apresentação realizada, bem como o dossier preparado pela CUT Nacional, que já havia sido encaminhado ao TST, durante a audiência pública realizada no final do ano passado.

“A avaliação é que após cinco horas de debates conseguimos mostrar a visão e as propostas dos trabalhadores ao Senado. Parabenizamos o senador Paulo Paim pela realização da audiência pública”, avaliou o diretor da Contraf-CUT.

Siga o Sindicato dos Bancários no



INSS

Senado aprova mudanças na aposentadoria para pessoas com deficiência

O Senado aprovou na terça-feira (3/4) projeto que reduz o tempo de contribuição previdenciária para pessoas com deficiência. O projeto, que ainda precisa passar por nova votação na Câmara para virar lei, estabelece critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria especial no INSS.

Os homens deficientes físicos que optarem pela aposentadoria por idade podem solicitar o benefício aos 60 anos, e as mulheres, aos 55 anos. Todos têm que comprovar a contribuição mínima de 15 anos ao INSS, assim como igual período de existência da deficiência. O projeto também cria tempos diferenciados para quem optar pela aposentadoria por tempo de contribuição. Os períodos são divididos de acordo com o tipo de deficiência: leve, moderada e grave.

As pessoas classificadas com deficiências leves devem contribuir por 33 anos (homens) e 28 anos (mulheres). Na categoria moderada, a contribuição é de 29 anos para os homens e 24 anos para as mulheres. Já os enquadrados como deficientes graves, contribuem por 25 anos se forem homens e por 20 anos se forem mulheres.

Caberá ao INSS atestar o grau de deficiência do segurado, assim como realizar perícias para atestar a veracidade das informações presta-

das. O projeto estabelece a aplicação do fator previdenciário, a contagem recíproca do tempo de contribuição e a aplicabilidade das normas gerais do regime geral da Previdência para os deficientes segurados.

O projeto também prevê ajustes na contribuição de segurados que tornarem-se deficientes depois de estarem filiados ao INSS. O projeto determina que as regras devem entrar em vigor seis meses depois da sua aplicação.

Relator do texto, o senador Lindbergh Farias (PT/RJ) disse que o projeto vai estimular pessoas com deficiência a ingressarem no mercado de trabalho. Segundo o senador, somente 0,7% dos segurados do INSS foram declarados deficientes – enquanto o Censo de 2010 realizado pelo IBGE mostra que os deficientes são 6,7% do total da população brasileira. “Inserir as pessoas com deficiência no processo de produção econômica é também uma forma de aumentar a produtividade e uma necessidade social”, disse o senador.

Depois de conversas com o governo, o senador disse que o projeto tem o aval da Casa Civil e do Palácio do Planalto.

O texto, aprovado pela Câmara no ano passado, vai retornar para nova análise dos deputados porque sofreu mudanças durante sua tramitação no Senado.

Sindicato debate assuntos do funcionalismo durante reunião do fórum sindical

Fotos: Secretaria de Imprensa - SEEB/CE



Adiretoria do SEEB/CE reuniu-se com os representantes do Banco do Brasil discutindo no Fórum Sindical temas relacionados ao estado do Ceará na terça-feira, dia 3/4, na Super/CE.

A pauta apresentada pelo banco foi a implantação do PSO (plataforma de suporte operacional). O Sindicato fez críticas e defendeu os direitos dos caixas, da organização por local de trabalho, da mobilidade, da proteção e das normas bancárias. "Vemos com preocupação essa segregação entre a parte negocial e a parte de suporte de serviços das agências", declarou o presidente do SEEB/CE, Carlos Eduardo Bezerra Marques. Outro depoimento de receio partiu de Plauto Macedo, diretor do SEEB/CE, "nós já tivemos um piloto antigo desse programa, com outro nome – era EMA".

O que é diferente na implantação da PSO é a forma, já que está sendo apresentado o projeto, que já foi testado em pilotos pelo País, às entidades, aos bancários, às agências antes da efetiva implantação. Os representantes do banco se comprometeram a dialogar com cada agência antes da migração dos serviços a serem realizados pela PSO, e o Sindicato também o fará.

No tocante aos problemas locais, o Sindicato, representado por seu presidente, Carlos Eduardo e os diretores Bosco Mota, José Eduardo Marinho, todos funcionários do BB e Plauto Macedo, diretor e aposentado do BB, apresentaram as seguintes demandas: os problemas físicos das estruturas do banco, pressão por metas, processos administrativos, descomissionamento, problemas do Pavas, desrespeito às leis de segurança bancária por parte do BB local.

Estruturas Físicas – O Sindicato questionou os constantes problemas físicos do prédio da Ag. Praça do Carmo, onde os funcionários estão aterrorizados pelo histórico do prédio, além de não contarem com ar condicionado, em desrespeito à legislação. A Super/BB ficou de se inteirar do problema.

Outro problema de ordem física acontece na Ag. Messejana, uma estrutura nova, mas que tem problemas de acessibilidade aos trabalhadores, temperatura (muito quente), o refeitório é muito pequeno, além de um grave problema de relacionamento e cobrança da gerência para com os funcionários, que será tratado pelo Sindicato com uma pesquisa de clima, a ser desenvolvido com os funcionários da agência.

Pressão por Metas, Processos Administrativos e Mesa de Crédito – Nesses itens, o Sindicato fez questão de colocar ênfase. "O BB tem nos dito em todas as negociações, sejam locais ou nacionais, que não admite desvirtuações éticas, porém o que nós constatamos no cotidiano do bancário é outra coisa totalmente diferente. É chefe passando de 15 em 15 minutos nas mesas dos colegas, cobrando o que foi feito, apesar do sistema já sinalizar. É bancário tomando remédio para aguentar a pressão. É gente chorando dentro das agências. É chefe fazendo comparativos do tipo – quem fez mais presta, quem fez menos não presta – ranqueamento, agravados com o novo sinergia individualizado, inclusive proibido em nossa Convenção Coletiva", comentou José Eduardo.

As metas inalcançáveis levam os bancários a assumirem os riscos do banco. Muitas vezes, o BB tenta responsabilizar os funcionários por não respeitar as instruções internas. "Nós não somos contra o processo administrativo, mas não aceitaremos que as instruções normativas, somente sejam seguidas pelos bancários e não pelo banco. Um exemplo disso é a mesa de crédito – sem gravação de chamadas, em desacordo aos aspectos legais de formalização de contrato que levou à abertura de processo administrativo contra uma bancária. Estamos acompanhando vários processos do BB contra bancários (Aracati, Beberibe, Aerolândia, por exemplo) e como entidade classista defendemos aqueles que tivermos ciência que o direito do bancário está sendo ameaçado", avisou Carlos Eduardo.

No tocante às metas, o Sindicato fez questionamentos quanto ao orçamento para as agências que foram assaltadas, arrombadas e explodidas. "Não é razoável as pessoas serem punidas novamente, já foram punidas com os assaltos, arrombamentos e ainda terem de cumprir a meta total, esse é o caso de Jaguaretama, Catarina, Solonópole, Madalena, Novo Oriente, Banabuiú, só para citar algumas", retrucou Bosco Mota. A Super/CE disse não ter alçada para resolver problemas de orçamento, dizendo apenas já ter se posicionado em solicitação deste pleito à gestão maior do BB sem ter recebido prazo para resolução.

Descomissionamento – O tema descomissionamento na Ag. Barro veio a pauta e todo o histórico

do Sr. Gerente Ivanílson foi citado por parte do Sindicato: as dificuldades que ele criou com o Sindicato, a conversa que a entidade teve com o mesmo – inclusive o gerente está criando a sua equipe – descomissionou o gerente Farias e já trouxe para o seu lugar uma pessoa de sua "confiança". O clima de ataque a outros funcionários e o desrespeito à Convenção Coletiva, além de ataques diretos feitos ao funcionário Farias, pois o mesmo havia feito greve e não tinha responsabilidade com o banco, foram outros itens conversados com o BB. "O Sindicato quer o imediato restabelecimento da vida funcional do bancário Farias (verbas salariais de gerente). O Sr. Ivanílson tem que ser acompanhado pelos órgãos de controle do banco, e ainda, nós vamos continuar o processo judicial contra o BB por descumprimento de acordo coletivo" informou Carlos Eduardo.

Pavas – Com relação ao programa, o Sindicato encaminhou demandas dos funcionários que estão sendo acompanhados, mas que estão insatisfeitos por não se enquadrarem na possível relocalização, casos de Banabuiú. A Gepes, presente ao encontro, ficou de esclarecer possíveis dúvidas.

Leis de Segurança Bancária – Os diretores do Sindicato falaram que o Banco age na ilegalidade. O banco, como outros do sistema financeiro, utilizam-se do seu poder econômico para permanecer sem ser incomodados pela justiça brasileira. O poder de fiscalização do Estado não cobra o BB e o Sindicato afirmou que vai continuar denunciando o banco por estas ilegalidades. "Nos estranha o BB falar tanto em legalidade, se não cumpre a lei de atendimento ao cliente em 15 minutos e a lei dos biombos (individualização do atendimento nos caixas), respectivamente leis municipais e estaduais. Nos estranha mais ainda, em alguns casos, o BB dizer que não cumpre as leis porque falta regulamentação ou porque estaria fora do layout do banco – mas que no município de Aquiraz, o BB já tem os biombos, muito provavelmente porque aquele município autuaria o BB em caso de descumprimento da lei municipal e estadual existentes", disse José Eduardo.

Em algumas respostas para problemas demandados, o BB pediu prazo e disse que numa próxima reunião traria a sua posição.

SISTEMA FINANCEIRO

Sem regulamentação, tarifas bancárias explodem

A queda da taxa básica (Selic) está obrigando os bancos a reestruturarem suas operações no Brasil. Com os juros dos títulos públicos em baixa, as instituições estão pesando a mão nas tarifas bancárias, que avançaram 77,68% em dois anos, e de cartão de crédito, que cresceu 45,56%.

No mesmo período, a inflação acumulada foi de 17,65%. A queda da Selic derrubou o faturamento no mercado de capitais. Segundo levantamento feito nas publicações do Banco Central, em dezembro de 2009 os rendimentos dessas operações chegaram a representar 64,07% do lucro líquido do setor; em igual mês do ano passado, o percentual caiu para 7,49%.

Os sindicatos dos bancários sempre questionaram as altas tarifas cobradas pelos bancos. Tarifas essas que cobrem mais de uma folha de pagamento das instituições financeiras. "As recentes crises financeiras mostram que o Brasil precisa regular urgentemente seu sistema financeiro. Em virtude de sua política protecionista, o Banco Central parece mais um sindicato dos bancos. Queremos outro sistema financeiro, mais justo e socialmente responsável", afirma o coordenador da Comissão de Empresa do Banco do Brasil, Eduardo Araújo.

Bancos públicos – Ao assumirem o papel de impulsionadores do desenvolvimento econômico e social, os bancos públicos deveriam dar o exemplo e reduzir suas tarifas e juros aos consumidores. Porém, na prática, agem iguais aos bancos privados: priorizam o lucro em detrimento do desenvolvimento econômico e social do País.

Compromisso com venda ética – Durante a 13ª Conferência Nacional dos Bancários, realizada em julho de 2011, em São Paulo, a categoria aprovou a Declaração sobre a Venda Responsável de Produtos Financeiros, documento elaborado pela UNI Finanças, que prevê, entre outros itens, o fim das metas abusivas e a garantia de uma "cultura interna de negócios e procedimentos operacionais que conduzam à venda responsável de produtos".

A carta foi aprovada pelo Comitê Diretivo da UNI Finanças, em junho de 2010, durante reunião realizada em Copenhague, na Dinamarca. Entre os pontos com os quais os

trabalhadores querem que os bancos se comprometam estão a garantia de que os sistemas de incentivo para os empregados "sejam realistas, justos e transparentes; baseados em objetivos sustentáveis e de longo prazo; e não prejudiquem os empregados". Além disso, os trabalhadores querem garantia de que os produtos financeiros sejam adequados para as necessidades dos consumidores.

"Propomos ao Banco do Brasil e à Fenaban (Federação Nacional dos Bancos) o fim da venda casada, mas, no entanto, insistem em responsabilizar os bancários pela prática. Os banqueiros não aceitam o fim da venda casada porque não querem ter responsabilidade com consumidores", explica Araújo.

Cobranças – Segundo a Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (Proteste), com a necessidade de manter a margem de lucro, o foco das instituições é o bolso dos clientes. Em uma pesquisa feita pela entidade, as tarifas de cartões de crédito, por exemplo, apresentaram alta de até 270% entre 2010 e 2011 – na média do setor, o incremento foi de 20%.

A Proteste enviou ofício à Casa Civil e ao Departamento de Proteção e Defesa do consumidor (DPDC) informando que, além das altas taxas dos juros, o consumidor brasileiro também está sendo penalizado com a cobrança de anuidades elevadas. Das 75 pesquisadas, 86,6% foram reajustadas.

Metas – Para Carlos Thadeu de Oliveira, gerente de testes e pesquisas do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), amaduçanço no perfil de operação dos bancos cria mais pressão sobre os trabalhadores do setor, que têm de cumprir metas e acabam cometendo uma série de irregularidades contra o consumidor. Em toda pesquisa realizada pelo Idec, são vários os problemas encontrados nos bancos. Tarifas cobradas irregularmente, produtos enviados sem solicitação do cliente e descumprimento de contratos. Nos últimos 12 meses, apenas reclamações de tarifas cobradas irregularmente em contas bancárias e cartões de crédito somam 2.969 queixas no Banco Central. Na avaliação de Oliveira, a única forma de o consumidor se defender nessa guerra entre bancos é pesquisando preços de tarifas e pacotes e denunciando os abusos.

GRUPO DE TRABALHO

Contraf-CUT aprofunda debate com a Caixa sobre aperfeiçoamento do Sipon

A Contraf-CUT, federações e sindicatos dos bancários participaram na terça-feira (3/4), em Brasília, de nova reunião do Grupo de Trabalho paritário com a Caixa Econômica Federal, que se dedica a analisar o Sistema de Ponto Eletrônico (Sipon), as horas extras e a jornada de trabalho. O encontro aprofundou os debates sobre o aperfeiçoamento do Sipon, ferramenta criada para registrar o horário de entrada e saída dos empregados de seus locais de trabalho, de acordo com o que é estabelecido pela legislação.

Inicialmente, os representantes do banco informaram que os testes para a implantação do login único já foram concluídos, restando agora apenas os encaminhamentos finais para que esse sistema passe a funcionar em termos definitivos. Em seguida, houve o debate sobre a necessidade de o Sipon ser utilizado exclusivamente como sistema de controle da jornada e não para a gestão de horas extras, culminando em horas negativas. Ocorre que, quando o empregado não possui

Sindicato promove ato contra a extração da jornada de trabalho

Os diretores do Sindicato dos Bancários do Ceará promoveram uma manifestação em frente ao Edifício Sede da Caixa Econômica Federal e na Agência da CEF da Praça do Ferreira. Os atos ocorreram na quarta-feira, 4/4, durante o Dia Nacional de Luta contra a extração da jornada e pelo fim do trabalho gratuito. "Os bancários têm perdido a saúde em função das jornadas longas, das pressões, virando uma categoria de risco", disse o empregado e diretor do Sindicato, Áureo Júnior.

Os diretores do Sindicato, Marcos Saraiva e Áureo Júnior, distribuíram panfletos aos trabalhadores, para que eles ficassem esclarecidos sobre o Dia Nacional de Luta pela jornada de seis horas.

Após saírem do Edifício Sede, os diretores foram à Agência da CEF na Praça da Ferreira. Lá, o diretor Marcos Saraiva conversou com os clientes sobre o atendimento. Ele destacou a falta de contratação de pessoal para atender a população. "Alguém está há mais de quinze minutos aqui?" Várias pessoas ergueram o braço em resposta ao diretor. "Vejam vocês que o bancário está lá por trás dando o máximo possível para poder atender vocês dentro do limite. Quem quer ser um banco social, deve contratar empregados, qualificá-los e criar mecanismos de atendimento", defendeu o diretor.

O presidente do SEEB/CE, Carlos Eduardo Bezerra, disse que o respeito ao limite do tempo de atendimento é um direito do consumidor, não é só



uma luta sindical pois o setor financeiro é o setor que mais lucra nesse País. Ele afirmou que "não ser atendido em tempo curto e ágil é também um atentado à segurança, porque os assaltantes podem fazer um monitoramento maior de sua vítima". O presidente esclareceu que a luta por segurança existe porque a legislação não está sendo cumprida e que isso é preocupante para o Estado Democrático de Direito. Carlos

Eduardo ainda fez críticas sobre os silêncios das direções dos bancos que, na avaliação dele, não participam dos debates e não vão à imprensa para explicar porque não cumprem as normas de segurança.

Além da defesa do respeito à jornada de trabalho, outro problema flagrado pelos diretores do SEEB/CE é o não travamento da porta de segurança, há 60 dias, que dá acesso ao setor onde está o dinheiro.

SANTANDER

Contraf-CUT cobra menos juros para funcionários e aposentados

A Contraf-CUT, federações e sindicatos retomaram na terça-feira (3/4) o Comitê de Relações Trabalhistas do Santander, em São Paulo, e cobraram o atendimento de uma série de reivindicações, como a redução das altas taxas de juros e a isenção de tarifas para funcionários e aposentados do banco. Outra cobrança foi a manutenção do plano de saúde para todos os aposentados e a volta do auxílio-academia para todos os trabalhadores.

"Mesmo após a queda da Selic, os funcionários do banco pagam ainda hoje juros de cheque especial de 5,90% ao mês e de cartão de crédito de 8,45% ao mês, dentre outras taxas, todas muito elevadas para quem representa risco zero de inadimplência", destaca Ademir Wiederkehr, secretário de imprensa da Contraf-CUT. "Queremos a redução imediata dos juros, além da isenção de todas as tarifas, para todos os funcionários e aposentados", defendeu. O banco ficou de verificar a questão.

Plano de saúde na aposentadoria – Os bancários também reivindicaram a manutenção do plano de saúde durante a aposentadoria, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que o trabalhador goza na ativa, mediante pagamento de igual mensalidade. Hoje, somente os aposentados do Banespa, enquanto associados da Cabelo, contribuem como se estivessem na ativa e usufruem da mesma assistência. Os demais aposentados com cinco anos ou mais de vínculo empregatício com o Santander, caso queiram manter o plano de saúde, são obrigados a pagar a parte deles e a do banco, ficando, muitas vezes, oneroso. Os representantes do banco ficaram de estudar o custo do plano.

Monitoramento de resultados – Foi denunciado o descumprimento da cláusula 35ª da convenção coletiva de trabalho, segundo a qual "no monitoramento de resultados, os bancos não exorão publicamente o ranking individual de seus empregados". O Santander reconheceu que há problemas e que o assunto está sendo inclusivamente analisado pelos bancos na Fenaban.

Auxílio-academia para todos – As entidades reivindicaram a volta do pagamento do auxílio-

academia para todos os funcionários, uma vez que o benefício foi limitado em janeiro deste ano para quem recebe salário fixo até R\$ 3 mil, o que deixou indignados os demais trabalhadores. Foi proposto também reajuste para R\$ 90,00, pois o valor está congelado há vários anos. O banco explicou que a mudança ocorreu por força de cortes orçamentários. O banco ficou de reavaliar o ajuste.

Bolsas de auxílio-educação – Os dirigentes sindicais reivindicaram acesso aos pedidos de bolsas de estudo encaminhados no início do ano. O banco informou que foi atendida a cláusula 7ª do acordo aditivo que estabelece 2.300 bolsas, explicando que 1.500 foram para funcionários que já as usufruíram no ano passado, 720 para novos e 80 estão com pendências de documentação. Um total de 300 pedidos foi recusado em razão da falta de bolsas ou por solicitação de cursos não afins.

A representação sindical pediu um levantamento sobre a expectativa de graduação no final do primeiro semestre, a fim de definir as novas bolsas para o segundo semestre. O banco ficou de levantar os dados.

Condições de trabalho – Os bancários solicitaram a retomada do GT sobre condições de trabalho para discutir temas como contratação de funcionários, fim das metas individuais e das reuniões diárias para cobrança de metas nas agências, e venda responsável de produtos, dentre outras demandas. O banco ficou de agendar uma nova reunião. A representação sindical indicou o próximo dia 24/4.

O banco concordou em renovar com os sindicatos o acordo coletivo que trata da apuração das denúncias de assédio moral. Muitos instrumentos venceram em janeiro. O banco disse que, enquanto não houver a assinatura de novos acordos, as denúncias continuarão sendo verificadas.

Também foi debatida a situação dos funcionários com deficiência. O banco informou que está cumprindo a cota de 5% prevista na legislação, tendo 2.700 trabalhadores nessa situação. Foi proposta a marcação de uma nova reunião específica para tratar da pauta de reivindicações desses funcionários, que ficou de ser agendada.

Toutros Toques

Remédios com dedução

A partir do próximo ano, os contribuintes brasileiros poderão incluir medicamentos na declaração do Imposto de Renda. A medida é estudada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado que aprovou um projeto que autoriza a dedução dos gastos com remédios na declaração anual de ajuste do IRPF, tanto para uso do contribuinte como de seus dependentes. Atualmente, somente despesas médicas como consultas, planos de saúde, internações e exames são dedutíveis.

• • •

O que o brasileiro lê

Em pesquisa divulgada pelo Instituto Pró-Livro sobre os hábitos de leitura da população, consta que a Bíblia continua sendo o livro mais lido pelos brasileiros – ganhando de livros didáticos e romances. Na lista de obras mais marcantes, aparecem O Sítio do Picapau Amarelo, O Pequeno Príncipe, Dom Casmurro e as coleções Crepúsculo e Harry Potter. O escritor paulista Monteiro Lobato é o primeiro da lista dos autores brasileiros mais admirados. Na sequência, aparecem Machado de Assis, Paulo Coelho, Ariano Suassuna, o pastor Silas Malafaia e o padre Marcelo Rossi.

• • •

"É necessário fazer no Brasil a discussão sobre os spreads. Queremos sim juros e spreads menores.

Com isso, as empresas vão poder investir na expansão da produção, na modernização de seu processo produtivo"

Presidente Dilma Rousseff, sobre a redução do spread e dos juros.

Espanhóis no Brasil

Agora, os espanhóis que desembarcarem no Brasil serão submetidos a uma série de exigências para entrar no País. A decisão foi tomada pelo governo brasileiro como medida de reciprocidade ao tratamento dado aos brasileiros que tentam ingressar na Espanha. Pelas novas regras, os espanhóis terão de estar com o passaporte válido

por, no mínimo, seis meses. Também serão exigidos os comprovantes de passagens de ida e volta (com data marcada), além de comprovações de hospedagem. O visitante ainda deve comprovar que tem condições para arcar com até R\$ 170 de despesas, por dia, em território brasileiro.

• • •

Lei Seca

A decisão recente do Superior Tribunal de Justiça de só considerar o teste do bafômetro ou o exame de sangue como prova de embriaguez dos motoristas pode durar pouco. Um projeto de lei do senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES) quer evitar que os motoristas tenham a prerrogativa de se negar a fazer o teste para ficar livre de um processo judicial. A matéria, já aprovada no Senado, deve ser posta em votação na Câmara ainda em abril. O projeto estabelece que imagens de vídeos ou depoimento de testemunhas também poderão servir como provas contra motoristas bêbados em um possível processo judicial.

• • •

CORREIOS
99180-236-DR/CE
SIND. DOS BANCÁRIOS

Mala Direta
DEVOLUCÃO GARANTIDA
CORREIOS

RUBRICA
DATA:
POSTAL EM SERVIÇO
ENTREGUE AO SERVIÇO
INFORMAÇÃO PELO SINDICATO
PORTERIA OU SINDICATO
OUTROS:
NÃO PROCURADO
AUSENTE
RECUSADO
PESSOALMENTE
FALCADO
NÃO EXISTE O NÚMERO
ENDEREÇO INSUFICIENTE
MUDOU-SE